



Câmara dos Deputados

(DO SR. ELQUISSON SOARES)

ASSUNTO: PROTOCOLO N.º

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências das cheias do Rio São Francisco.

DESPACHO: Imprima-se

ARQUIVO em 27 de março de 19 80

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19
- O Presidente da Comissão de _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108 DE 19 80

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108, DE 1980
(DO SR. ELQUISSON SOARES)



Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências das cheias do Rio São Francisco.

(IMPRIMA-SE).

Imprensa - Em 24.3.80.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Assinatura manuscrita]

D

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108 , DE 1980

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências das cheias do rio São Francisco.

Do Deputado ELQUISSON SOARES

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º É criada Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências das grandes enchentes do rio São Francisco ocorridas a partir de 1978.

Parágrafo único. A Comissão Parlamentar de Inquérito a que se refere este artigo examinará, especialmente, a atuação, nas regiões ribeirinhas, dos órgãos competentes dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior.

Art. 2º A Comissão de Inquérito criada por esta resolução compor-se-á de 13 (treze) membros efetivos e igual número de suplentes. e com o prazo de 120 (cento e vinte) sessões.

[Assinatura manuscrita]



Art. 3º A Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 14, item IX, do Regimento Interno, fixará a importância destinada a ocorrer às despesas com o funcionamento da Comissão.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 1980.

- 1-
 Deputado ELQUISSON SOARES
 (PMDB-BA)
- 2- - FREITAS NOBRE
- 3- - FERNANDO COELHO
- 4- - DIVALDO SURUAGY
- 5- - ODAIR KLEIN
- 6- - EDSON VIDIGAL
- 7- - RICARDO DE ALMEIDA
- 8- - JORGE GAMA.
- 9- - HELIO DUQUE
- 10- - MAGNOS GUIMARÃES
- 11- - LUIZ LEAL
- 12- - JOSÉ CARLOS VASCONCELOS
- 13- - EUCLIDES SCALZO
- 14- - AÉCIO FLEMING
- 15- - E. LOBAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CP1 - S. Francisco



- 16 - Aluizio Bezerra - ALUIZIO BEZERRA
- 17 - ~~Aluizio Bezerra~~ - Maria Warner
- 18 - ~~Aluizio Bezerra~~ - OSVALDO MELO
- 19 - ~~Aluizio Bezerra~~ - JERÔNIMO SANTANA
- 20 - ~~Aluizio Bezerra~~ - UBACONOTREIQUES - AM
- 21 - ~~Aluizio Bezerra~~
- 22 - ~~Aluizio Bezerra~~
- 23 - ~~Aluizio Bezerra~~ - EPITACIO CAPECIRA
- 24 - ~~Aluizio Bezerra~~ - IRAN SARAIYA
- 25 - ~~Aluizio Bezerra~~ - Roy Costa
Oswaldo Bulliões
- 26 - ~~Aluizio Bezerra~~
- 27 - ~~Aluizio Bezerra~~ - CARDOSO DE ALMEIDA
- 28 - ~~Aluizio Bezerra~~ - OSVALDO LIMA
- 29 - ~~Aluizio Bezerra~~ - RENATO AZEVEDO
- 30 - ~~Aluizio Bezerra~~ - Nilton Gizon
- 31 - ~~Aluizio Bezerra~~ - HONORATO VIANA
- 32 - ~~Aluizio Bezerra~~ - Antonio Maquere
- 33 - ~~Aluizio Bezerra~~ - SIQUEIRA CAMPOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 34. Haroldo Santos - HAROLDO SANTOS
- 35. Paulo Ferraz - PAULO FERRAZ
- 36. A. Adolpho de Lencastre - MOISÉS DA SILVEIRA - PMDB-RJ
- 37. Celso de Melo - STACILIO QUEIROZ
- 38. Arnaldo Schmitt - PP-SC
- 39. Anton Schneider - Anton Schneider
- 40. Nilton Filiz. PIMENTA DA VEIGA
- 41. Waldemar Belinatti - Waldemar Belinatti
- 42. Florim Coutinho - FLORIM COUTINHO
- 43. Milton Brandão - MILTON BRANDÃO
- 44. Marcello Cerqueira - MARCELLO CERQUEIRA
- 45. Dado Coimbra - DADO COIMBRA
- 46. Nelson Figueiredo
- 47. Oswaldo Macedo - OSWALDO MACEDO
- 48. Jorge Arbace - JORGE ARBACE
- 49. Antonio Florencio - ANTONIO FLORENCIO
- 50. Delio dos Santos - DELIO DOS SANTOS
- 51. Junir Larin
- 52. Francisco Remberg - FRANCISCO REMBERG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 53- *[Signature]* - VILTON PEREIRA
- 54- *[Signature]* - ADHEMAR SANTILLO
- 55- *[Signature]* - MARCELO LINHARES
- 56- *[Signature]* - JOZINA MARINHO
- 57- *[Signature]* - NIVALDO KRUBER
- 58- *[Signature]* - DOLFO DOMINGUES
- 59- *[Signature]* - JORGE VEQUEZ
- 60- *[Signature]* - JOÃO CARLOS DE CARVALHO
- 61- *[Signature]* - JOSE BUENO
- 62- *[Signature]* - PAULO RATTES
- 63- *[Signature]* - CRISTINA TAVARES
- 64- *[Signature]* - JESUS ALMEIDA LOPES JR.
- 65- *[Signature]* - BELMIRO TEIXEIRA
- 66- *[Signature]* - DARY LOZZA
- 67- *[Signature]* - FRED DIB
- 68- *[Signature]* - HORDCIO ORTIZ
- 69- *[Signature]* - IZABEL NOVAES
- 70- *[Signature]* - CARNEIRO ALNAND
- 71- *[Signature]* - CARNEIRO ALNAND



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 72 - ~~M. Moreira~~ - MARIO MOREIRA
- 73 - ~~Luiz Vilelos~~ - LUIZ VILELOS
- 74 - ~~Jader Barbalho~~ - JADER BARBALHO
- 75 - ~~Thales Ramalho~~ - THALES RAMALHO
- 76 - ~~Herbert Levy~~ - HERBERT LEVY
- 77 - ~~Jorge Vargas~~ - JORGE VARGAS
- 78 - ~~Bento Gonçalves~~ - BENTO GONCALVES
- 79 - ~~Figueredo Lima~~ - FIGUEREDO LIMA
- 80 - ~~Rosa Flores~~ - ROSA FLORES
- 81 - ~~João Cunha~~ - JOÃO CUNHA
- 82 - ~~Juarez Furtado~~ - JUAREZ FURTADO
- 83 - ~~Gamma~~ - GAMMA
- 84 - ~~Alvaro Machado~~ - ALVARO MACHADO
- 85 - ~~Azevedo~~ - AZEVEDO
- 86 - ~~Roberto Cordeiro~~ - ROBERTO CORDEIRO
- 87 - ~~Olivia Cabral~~ - OLIVIA CABRAL
- 88 - ~~Zoccolina~~ - ZOCOLINA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 89- ~~Acadêmico~~ - Audálio Dantas
- 90- Wilson Falcão - Wilson Falcão
- 91- ~~Francisco~~ - Romulo Golias
- 92- Fernando Magalhães - FERNANDO MAGALHÃES
- 93- ~~Luiz~~ - OSWALDO COELHO
- 94- ~~Luiz~~ - GERALDO GUEDES
- 95- ~~Vicente~~ - VICENTE GUABIROBA
- 96- ~~Pedro~~ - PEDRO CORREA
- 97- ~~Miguel~~ - José Mendonça Bozere
- 98- ~~João~~ - JOSÉ PEREIRO - BA
- ~~99- ~~João~~ - JOÃO VITORINO~~
- 99- ~~João~~ - Pedro eche
- 100- ~~João~~ - JOEL FERREIRA
- 101- ~~Paulo~~ - Paulo Guerra
- 102- ~~Julio~~ - JULIO MARTINS
- 103- ~~Antônio~~ - Antônio
- 104- ~~Joacil~~ - Joacil Pereira
- 105- ~~Rosa~~ - ANGELENO ROSA
- 106- ~~Leur~~ - LEUR LOYANZO
- 107- ~~Antônio~~ - Antão de Carvalho
- 108- ~~Leur~~ - Leir Campos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 109 - *Rozendo* - LAZARO DE CARVALHO -
- 110 - *Antônio* - ANTONIO MARIZ
- 111 - *João* - JOÃO GILBERTO
- 112 - *Aurelio* - Aurelio Peres
- 113 - *Paulo* - PAULO BORGES
- 114 - *Sergio* - SERGIO FERRARA
- 115 - *Sima* - SIMAS JESUM
- 116 - *Jose* - JOSE AMORIM
- 117 - *Navarro* - NAVARRO VIEIRA FILHO MG.
- 118 - *Celso* - CELSO CARVALHO
- 119 - *Iranildo* - IRANILDO PEREIRA
- 120 - *Jaime* - JAIME GALVES
- 121 - *Dario* - DARIO TORES
- 122 - *Orlando* - ORLANDO DOS
- 123 - *Ruy* - RUY SILVA S.V.
- 124 - *Henrique* - HENRIQUE TURNER
- 125 - *Carlos* - CARLOS AUGUSTO
- 126 - *Ludgero* - LUDGERO RAULINO
- 127 - *Heitor* - HEITOR ALVARO FORTUOSO
- 128 - *Newton* - NEWTON CHADOSO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 129 - *Jarcilio Ayres* - JARCILIO AYRES
- 130 - *Masciamento* - (ITURIVAH) *Mauro*
- 131 - *Alcir Rimenta* - AL CIR RIMENTA
- 132 - *Alberto Goldma* - ALBERTO GOLDMA
- 133 - *MARIO HATO* - MARIO HATO
- 134 - *Antônio Ferreira* - Antônio Ferreira
- 135 - *Adapto* - Adapto
- 136 - *José Faustino* - JOSÉ FAUSTINO
- 137 - *DELSON SCARANO* - DELSON SCARANO
- 138 - *Humberto Souto* - HUMBERTO SOUTO
- 139 - *Hungen Briz* - HUNGEN BRIZ
- 140 - *Antonio Russi* - ANTONIO RUSSI
- 141 - *BALDACCÍ FILHO* - BALDACCÍ FILHO
- 142 - *Nicolaso Ferraz* - NICOLASO FERRAZ
- 143 - *Jairo Beum* - JAIRO BEUM
- 144 - *Puxoto Filho* - PUXOTO FILHO
- 145 - *ALCEN COLARES* - ALCEN COLARES
- 146 - *LEORNE BEUM* - LEORNE BEUM
- 147 - *Inocencio Oliveira* - INOCENCIO OLIVEIRA
- 148 - *JOSIAS LEITE* - JOSIAS LEITE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tides de L...

148 -

~~Handwritten signature~~

149 -

~~Handwritten signature~~ (Aldo Fagundes)

150 -

~~Handwritten signature~~ (Francisco Pinto)

151 -

Francisco Pinto - Francisco Pinto

152 -

Benjamin Benjamin (Francisco Benjamin)

153 -

Waldemar - WALDIR WALTER

154 -

Borgy da Silveira

155 -

Plumena - Paulo Lemos

156 -

Antônio Leite - FURTADO LEITE

157 -

Alvaro Vaze

158 -

~~Handwritten signature~~ MAURICIO FERREZ

159 -

Wildy Vianna - WILDY VIANNIA

160 -

Samir Achoua - SAMIR ACHOUA

161 -

~~Handwritten signature~~ Edison Khair

162 -

Gilvan de Barros - GILVAN DE BARROS

163 -

Mino Teixeira - Mino Teixeira

164 -

~~Handwritten signature~~ - H. AZEVEDO

165 -

Jorge Ferreira - JORGE FERREIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 166 - ~~W. M. M. M.~~ - STEVIN ABREU
- 167 - Freitas Diniz - FREITAS DINIZ
- 168 - Gasparini - Luiz Baccarini
- 169 - ~~Haroldo Gering~~ - Lucio Cioni
- 170 - ~~M. M. M.~~ - ALBERTO HOFFMANN
- 171 - ~~Herano Dias~~ - ALVARO DIAS
- 172 - ~~Luiz M. M.~~ - ROCHA RAS
- 173 - ~~Castel Branco~~ - CASTEJON BRANCO
- 174 - ~~Elody Lenz~~ - ELODY LENZI
- 175 - ~~Paulo Marçal~~ - Paulo Marçal
- 176 - ~~Benedito Macilio~~ - BENEDITO MACILIO
- 177 - ~~Walber Guimarães~~ - WALBER GUIMARAES
- 178 - José Freire - José Freire
- 179 - ~~Paes de Andrade~~ - PAES DE ANDRADE
- 180 - ~~Anísio de Souza~~ - Anísio de Souza
- 181 - ~~Genésio de Barros~~ - Genésio de Barros
- 182 - ~~Leopoldo Pimentel~~ - Leopoldo Pimentel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

183 - Magalhães Pittó - MAGALHÃES PITTÓ

184 - Carlos Cotta - CARLOS COTTA

185 - Carlos Sant'Ana - CARLOS SANT'ANA

186 - ~~Ilídio~~ (Fuscação de Costa)

187 - ~~Abasumai~~ NABOR JR.

188 - ~~João~~ ~~Ryff~~

189 - ~~Stefanini~~ - AFRO STEFANINI

190 - ~~Ubaldo~~ - UBALDO JAVITT

191 - Mendes de Melo - Mendes de - 2110

192 - ~~João~~ - João ~~Carmona~~

193 - ~~Francisco~~ - FRANCISCO ALMEIDA ^{Sampaio}

194 - ~~Leandro~~ - LEONIDAS

195 - ~~João~~ - JORGE CURY

196 - ~~Harry~~ - HARRY SAUER

197 - ~~João~~ - JOÃO ~~Carmona~~

198 - ~~Paulo~~ - PAULO TORRES

199 - ~~Castro~~ - CASTRO COIMBRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

201 - ~~Yamamoto~~ - MARCIO MACEDO

202 - ~~Yamamoto~~ - VASCO TIETO

203 - ~~Yamamoto~~ - DANIEL SILVA
CARLOS NELSON

204 - ~~Yamamoto~~ - Cardoso Alck
M Alvy Neto

205 - ~~Yamamoto~~
206 - ~~Yamamoto~~ - RUIRIS CARVALHO

207 - ~~Yamamoto~~
208 - ~~Yamamoto~~ - Francisco Rossi - CP
Ante Curto

209 - ~~Yamamoto~~
210 - ~~Yamamoto~~ - SARAMAGO

211 - ~~Yamamoto~~ - ERNESTO DE MARCO

212 - ~~Yamamoto~~ - Antonio Carlos de Oliveira

213 - ~~Yamamoto~~ - AROAZO CAMPOS

214 - ~~Yamamoto~~ - APLS Franco

215 - ~~Yamamoto~~ - RUIRIS CARVALHO
(MARCUS CUNHA)

216 - ~~Yamamoto~~
217 - ~~Yamamoto~~ - (AIRTON SOARES)

218 - ~~Yamamoto~~ - (Herbet Levy)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 219 - Joaquim ~~de~~ ~~Almeida~~ - JOAQUIM COUTINHO
- 220 - Pedro Faria - PEDRO FARIA
- 221 - ~~Walter~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ - Tulio Baruffi
Walter Smith
- 222 - ~~Walter~~ - Amador / G. S. L. A.
- 223 - ~~Walter~~ - Faria
- 224 - Jose Maurício - JOSE MAURÍCIO
- 225 - Julio Campos - JULIO CAMPOS
- 226 - ~~Walter~~ - EVANILDO ALVES
- 227 - Jackson Barreto - JACKSON BARRETO
- 228 - ~~Flávio~~ - FLÁVIO CHAVES
- 229 - ~~Edgard~~ - Edmundo Cunha
- 230 - Edgard Amorim - EDGARD AMORIM
- 231 - Roberto Freire - ROBERTO FREIRE
- 232 - Ronan Tifo - RONAN TIFO
- 233 - ~~João~~ - JUANES PATISTO
- 234 - ~~João~~ - JOSE COSTA
- 235 - ~~Uziel~~ - Uziel - Magalhães
- 236 - ~~João~~ - JOÃO HINHOJA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIAS FORTES

Christoforo
e outros

- 237 - ~~Antônio~~ - ~~Christoforo~~
- 238 - ~~Christoforo~~
- 239 - ~~Benjamin~~
- 240 - ~~Victor Garcia~~
- 241 - ~~Day Ferreira~~ - NEY FERREIRA
- 242 - ~~Helio~~ - Hélio Lanc
- 243 - ~~Henrique~~ - Henrique
- 244 - ~~Peticles~~ - Peticles Boncalves
- 245 - ~~Comunidade~~ - Comunidade Nunes Rocha
- 246 - ~~Ralph BIASI~~ - RALPH BIASI
- 247 - ~~Cairo Pompeu~~ - Cairo Pompeu
- 248 - ~~Mendonça Neto~~ - MENDONÇA NETO
Hel dirno Oliveira
- 249 - ~~Carlos Santos~~ - CARLOS SANTOS
- 250 - ~~Mendes de Melo~~ - MENDES DE MELO
JOEL VIVAS. F.V.
- 251 - ~~Tertuliano Azevedo~~
- 252 - ~~Tertuliano Azevedo~~ - TERTULIANO AZEVEDO
- 253 - ~~Athie Khouri~~ - ATHIÉ KHOURI
- 254 - ~~Jorge Moura~~ - JORGE MOURA
- 255 - ~~Getulio Dias~~ - GETULIO DIAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- 256 - *[Signature]* - JOSÉ HEERULIXO
- 257 - *[Signature]* - CARLOS ALBERTO
- 258 - *[Signature]* - CARLOS BEZERRA M 17
- 259 - *[Signature]* - WALMOR DE LIMA
- 260 - *[Signature]* - RAIMUNDO URBANO
- 261 - *[Signature]* - CARLOS CHIARELLI
- 262 - *[Signature]* - ANTONIO MORIMOTO
- 263 - *[Signature]* - MAX MAURO - *[Signature]*
- 264 - *[Signature]* - GERSON CAMATA
- 265 - *[Signature]* - MARCONDES GADINHA
- 266 - *[Signature]* - *[Signature]*
- 267 - *[Signature]* - (J.O. de Araújo Jorge)
- 268 - *[Signature]* - R. DURRÃO
- 269 - *[Signature]* - JOSÉ FREJAT
- 270 - *[Signature]* - LUIZ BATISTA
- 271 - *[Signature]* - WILSON BRAGA
- 272 - *[Signature]* - JOÃO ALMEIDA (Chico de S. Francisco)
- 273 - *[Signature]*
- 274 - *[Signature]* - LUIZ ROCHA-MA
- 275 - *[Signature]* - SÉRGIO MURILLO
- 276 - *[Signature]* - E. FERONDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- 277 - ~~Ademar Barros~~ - ADEMAR BARROS P
- 278 - ~~Del Bosco Amaral~~ - DEL BOSCO AMARAL
- 279 - Airton Rios - AIRTON RIOS
- 280 - ~~Jorge Viana~~ - Jorge Viana
- 281 - ~~Pedro Tro~~ - Pedro Tro
- 282 - ~~Lidouino Fanton~~ - LIDOUINO FANTON
- 283 - ~~Stoessel Douvado~~ - STOESSEL DOVADO
- 284 - ~~Julio Costamilan~~ - JULIO COSTAMILAN
- 285 - ~~Canoso Fiegapani~~ - CANOSO FIEGAPANI
- 286 - ~~Santilli Sobrinho~~ - Santilli Sobrinho
- 287 - ~~Felippe Penna~~ - Felipe Penna
- 288 - ~~Tariz de Souza~~ - Tariz de Souza
- 289 - ~~PTB-MG~~ - PTB-MG
- 290 - ~~Claudio Sales~~ - CLAUDIO SALES
- 291 - ~~Pinteiro Machado~~ - PINTEIRO MACHADO
- 292 - ~~Arq. T. Souza~~ - Arq. T. Souza
- 293 - ~~P.D.S.~~ - P.D.S.
- 294 - ~~Hugo Napoleão~~ - HUGO NAPOLEÃO
- 295 - ~~Lygia Lessa Bastos~~ - LYGIA LESSA BASTOS
- 296 -



CÂMARA DOS DEPUTADOS



297 -

298 -

299 -

300 -



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ELQUISSON SOARES
ALUÍZIO BEZERRA
ARTENIR WERNER
OSVALDO MELO
JERÔNIMO SANTANA
UBALDINO MEIRELLES
EPITÁCIO CAFETEIRA
IRAM SARAIVA
RUY CÔDO
GERALDO BULHÕES
CARDOSO DE ALMEIDA
OSVALDO LIMA
RENATO AZEREDO
NILSON GIBSON
HONORATO VIANA
ANTÔNIO MAZUREK
SIQUEIRA CAMPOS
HAROLDO SANFORD
PAULO FERRAZ
MODESTO DA SILVEIRA
OCTACÍLIO QUEIROZ
ARNALDO SCHMITT
AIRTON SANDOVAL
PIMENTA DA VEIGA
WALDMIR BELINATI
FLORIM COUTINHO
MILTON BRANDÃO
MARCELLO CERQUEIRA
DASO COIMBRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MILTON FIGUEIREDO

OSVALDO MACEDO

JORGE ARBAGE

ANTÔNIO FLORENCIO

DÉLIO DOS SANTOS

JÚNIA MARISE

FRANCISCO ROLLEMBERG

VALTER PEREIRA

ADHEMAR SANTILLO

MARCELO LINHARES

DJALMA MARINHO

NIVALDO KRÜGER

ODULFO DOMINGUES

JORGE UEQUED

JOÃO CARLOS DE CARLI

JOAQUIM GUERRA

PAULO RATTES

CRISTINA TAVARES

SEBASTIÃO RODRIGUES JR.

BELMIRO TEIXEIRA

DARCY POZZA

FUED DIB

HORÁCIO ORTIZ

ISRAEL DIAS NOVAES

CARLOS WILSON

CARNEIRO ARNAUD

MÁRIO MOREIRA

LÚCIA VIVEIROS

JADER BARBALHO

THALES RAMALHO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

HERBERT LEVY

JORGE VARGAS

BENTO GONÇALVES

FIGUEIREDO CORREIA

ROSA FLORES

JOÃO CUNHA

JUAREZ FURTADO

DJALMA BESSA

HUGO MARDINI

ALCEBIÁDES DE OLIVEIRA

ALBÉRICO CORDEIRO

OLIVIR GABARDO

JOEL LIMA

AUDÁLIO DANTAS

WILSON FALCÃO

RÔMULO GALVÃO

FERNANDO MAGALHÃES

OSWALDO COELHO

GERALDO GUEDES

VICENTE GUABIROBA

PEDRO CORRÊA

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA

JOSÉ PENEDO

PACHECO CHAVES

JOEL FERREIRA

PAULO GUERRA

JÚLIO MARTINS

ANTÔNIO PONTES

JOACIL PEREIRA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANGELINO ROSA
LEUR LOMANTO
BRABO DE CARVALHO
HÉLIO CAMPOS
LÁZARO CARVALHO
ANTÔNIO MARIZ
JOÃO GILBERTO
AURÉLIO PERES
PAULO BORGES
SÉRGIO FERRARA
SIMÃO SESSIM
JOSÉ AMORIM
NAVARRO VIEIRA FILHO
CELSO CARVALHO
IRANILDO PEREIRA
JAIRO MAGALHÃES
DARIO TAVARES
ERASMO DIAS
RUY SILVA
HENRIQUE TURNER
CARLOS AUGUSTO
LUDGERO RAULINO
HEITOR ALENCAR FURTADO
NEWTON CARDOSO
DARCÍLIO AYRES
ITURIVAL NASCIMENTO
ALCIR PIMENTA
ALBERTO GOLDMAN
MÁRIO HATO





CÂMARA DOS DEPUTADOS



ANTÔNIO FERREIRA

JOÃO FAUSTINO

DELSON SCARANO

HUMBERTO SOUTO

HENRIQUE BRITO

ANTÔNIO RUSSO

BALDACCI FILHO

RICARDO FIÚZA

JAIRO BRUM

PEIXOTO FILHO

ALCEU COLLARES

LEORNE BELÉM

INOCÊNCIO OLIVEIRA

JOSIAS LEITE

TIDEI DE LIMA

ALDO FAGUNDES

FERNANDO LYRA

FRANCISCO PINTO

FRANCISCO BENJAMIN

WALDIR WALTER

BORGES DA SILVEIRA

PEDRO LUCENA

FURTADO LEITE

ÁLVARO VALLE

MAURÍCIO FRUET

WILDY VIANNA

SAMIR ACHÔA

EDISON KHAIR

GILSON DE BARROS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MIRO TEIXEIRA

HENRIQUE EDUARDO ALVES

JORGE FERRAZ

SILVIO ABREU JR.

FREITAS DINIZ

LUIZ BACCARINI

LÚCIO CIONI

ALBERTO HOFFMANN

ÁLVARO DIAS

ROQUE ARAS

CASTEJON BRANCO

ELOY LENZI

PAULO MARQUES

BENEDITO MARCÍLIO

WALBER GUIMARÃES

JOSÉ FREIRE

PAES DE ANDRADE

ANÍSIO DE SOUZA

GENÉSIO DE BARROS

LEOPOLDO BESSONE

MAGALHÃES PINTO

CARLOS COTTA

CARLOS SANT'ANNA

FRANCISCO CASTRO

NABOR JÚNIOR

RUY BACELAR

AFRO STEFANINI

UBALDO DANTAS

MENDES DE MELO

JOÃO CÂMARA





CÂMARA DOS DEPUTADOS



OCTACÍLIO ALMEIDA
LEÔNIDAS SAMPAIO
JORGE CURY
HARRY SAUER
JAYRO MALTONI
PAULO TORRES
JOSÉ DE CASTRO COIMBRA
MÁRCIO MACEDO
VASCO NETO
DANIEL SILVA
CARLOS NELSON
CARDOSO ALVES
MALULY NETO
ALÍPIO CARVALHO
MAC DOWELL LEITE DE CASTRO
FRANCISCO ROSSI
SARAMAGO PINHEIRO
ERNESTO DE MARCO
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
ADROALDO CAMPOS
ADOLPHO FRANCO
LUIZ CECHINEL
MARCUS CUNHA
AIRTON SOARES
HERBERT LEVY
JOAQUIM COUTINHO
PEDRO FARIA
TÚLIO BARCELOS
WALTER SILVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



AMADEU GEARA
JOSÉ MAURÍCIO
JÚLIO CAMPOS
EVANDRO AYRES DE MOURA
JACKSON BARRETO
FLÁVIO CHAVES
FERNANDO CUNHA
EDGARD AMORIM
ROBERTO FREIRE
RONAN TITO
JUAREZ BATISTA
JOSÉ COSTA
VILELA DE MAGALHÃES
JOÃO LINHARES
BIAS FORTES
CHRISTOVAM CHIARADIA
BENJAMIM FARAH
VALTER GARCIA
NEY FERREIRA
HÉLIO GARCIA
PÉRICLES GONÇALVES
LOUREMBERG NUNES ROCHA
RALPH BIASI
CAIO POMPEU
MENDONÇA NETO
HILDÉRICO OLIVEIRA
CARLOS SANTOS
MENDES DE MELO
JOEL VIVAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



TERTULIANO AZEVEDO

ATHIÊ COURY

JORGE MOURA

GETÚLIO DIAS

JOÃO HERCULINO

CARLOS ALBERTO

CARLOS BEZERRA

WALMOR DE LUCA

RAIMUNDO URBANO

CARLOS CHIARELLI

ANTÔNIO MORIMOTO

MAX MAURO

GERSON CAMATA

MARCONDES GADELHA

ANTÔNIO MORAIS

JG DE ARAÚJO JORGE

RUBEM DOURADO

JOSÉ FREJAT

LUIZ BATISTA

WILSON BRAGA

JOÃO MENEZES

LUIZ ROCHA

SÉRGIO MURILO

EMÍDIO PERONDI

ADHEMAR DE BARROS FILHO

DEL BOSCO AMARAL

AIRON RIOS

JORGE VIANA

PEDRO IVO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LIDOVINO FANTON

STOESSEL DOURADO

JÚLIO COSTAMILAN

CARDOSO FREGAPANI

SANTILLI SOBRINHO

FELIPPE PENNA

TARCÍSIO DELGADO

GENIVAL TOURINHO

CLAUDINO SALES

PINHEIRO MACHADO

ARI KFFURI

BONIFÁCIO DE ANDRADA

HUGO NAPOLEÃO

LYGIA LESSA BASTOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS



J U S T I F I C A T I V A

Datado de 10 do corrente, recebemos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - ofício de nº AE/0486/80 no seguinte teor:

"Senhor Deputado,

Estamos encaminhando a V.Exa. cópia de documento elaborado por esta Confederação, em conjunto com as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e com outras entidades que atuam no Vale do Rio São Francisco, a propósito das últimas enchentes que vêm castigando as populações daquela região.

Há consenso entre as populações ribeirinhas do São Francisco de que as últimas cheias tiveram características bem distintas daquelas que periodicamente ocorriam no grande rio. Parece tratar-se de mais uma desastrosa consequência da implantação de uma política de aproveitamento do potencial energético do São Francisco em que os interesses das populações atingidas não foram consultados.

Pela gravidade dos fatos, pela grande massa de pessoas atingidas, pelas consequências que provoca em toda uma economia, em termos de emprego, migração e abastecimento urbano, considera o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais ser necessária a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, capaz de apurar responsabilidades e oferecer subsídios a uma política que concilie as necessidades energéticas com o bem-estar do seu povo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Exige o interesse popular que o Congresso Nacional questione em profundidade a atuação do Estado no Vale do São Francisco. Este é um momento para que os representantes do povo mostrem que a defesa dos interesses dos trabalhadores não é apenas retórica eleitoral e para que os partidos políticos mostrem que seus programas existem para ser cumpridos.

Sendo o que se nos oferece para o momento, valemo-nos do ensejo para reiterar a V.Exa. nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Presidente

FRANCISCO URBANO ARAUJO FILHO
Secretário-Geral

O documento a que se refere a CONTAG é o seguinte:

"AOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, das Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios do Vale do Rio São Francisco, da Comissão Pastoral da Terra das Regionais Nordeste II e III e da Diocese de Joazeiro da Bahia e da Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, reunidos na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco, nos dias 13 e 14 de fevereiro corrente, manifestam aos Senhores Senadores e Deputados Federais do Brasil e à opinião pública nacional a gravidade do problema que aflige as populações ribeirinhas do Rio São Francisco, vítimas de constantes inundações causadoras de fome, desabrigo e desagregação.

Os municípios do Vale do São Francisco estão assistindo, neste início de 1980, a uma repetição dos mesmos fatos



CÂMARA DOS DEPUTADOS



denunciados pelo Movimento Sindical ao Ministro do Interior no início do ano passado.

Com o aumento da descarga d'água de Três Marias, que a CEMIG justifica pela chuva nas cabeceiras do São Francisco, milhares de pessoas, em Minas Gerais, tiveram que abandonar suas casas e lavouras em busca de abrigo nas cidades da área. Só no município de São Francisco, são mais de 3.000 os desabrigados. Levantamento feito pela FETAEMG nas localidades de Ilha do Lajedo, Fazenda Caatinga, Riacho e Fazenda do Sr. Altair identificou mais de 100 famílias que perderam tudo o que possuíam e buscaram abrigo nos altos mais próximos, evitando a cidade, tentando salvar alguma coisa de suas lavouras. Na Bahia, segundo informações da imprensa, (J. Bahia 6/2/80), os desabrigados já são mais de 40 mil. Até no Baixo São Francisco, com o aumento da vazão de Sobradinho, as águas já começam a provocar prejuízos e o desabrigo de pessoas.

Muitas dessas famílias estão sendo obrigadas a enfrentar uma nova cheia, sem terem recuperado ainda o que perderam na enchente do início de 79. Em Minas Gerais, algumas delas estão sendo surpreendidas nas mesmas barracas em que foram abrigadas no ano passado. Em Sergipe, as casas prometidas pelo governo, através do BNH, para os desabrigados de 79, até hoje não foram construídas.

Apesar das solicitações feitas pelo Movimento Sindical, os trabalhadores não foram indenizados pelas perdas que tiveram na cheia passada.

Faltam alimentos e abrigos. Em algumas áreas de Minas Gerais há surto de tifo. A população, revoltada, tanto em Minas quanto no Médio São Francisco, recusa-se a ser vacinada dizendo que precisa é de comida.

A distribuição de alimentos, sementes, etc. aos desabrigados caracteriza-se pela burocracia extrema. Por exemplo, em Minas Gerais, para um desabrigado receber a sua barraca, os seus dois quilos de feijão, três de arroz, um pacote de macarrão, um pouco de sal e uma lata de óleo, ele tem que ser cadastrado em duas vias e receber uma ficha de identificação, com nome, número, nº de dependentes, etc. E ainda tem



CÂMARA DOS DEPUTADOS



que esperar 10 dias para receber a sua ração. Ainda naquele Estado, em São Francisco, temos um outro exemplo de zelo burocrático exercido contra os trabalhadores: a CODEC (Coordenadoria da Defesa Civil) enviou para aquele município alimentos para duas mil pessoas. Como, na hora da distribuição, eram quase 04 mil os desabrigados, o coordenador local dividiu o que seria para dois entre quase 4 mil, alegando que não poderia explicar aos seus superiores o crescimento da população desabrigada.

O mais sério é que, a exemplo do que ocorria em anos passados com a seca, está se criando na região uma verdadeira "indústria da cheia". Prefeitos e outros políticos, encarregados de repassar os recursos destinados aos desabrigados, não deixam que aqueles recursos cheguem aos seus destinatários, preferindo distribuí-los entre grandes proprietários e apaniguados políticos seus ou aplicando-os em melhorias nas cidades onde têm interesses eleitorais.

Os trabalhadores têm recebido apenas alguns mantimentos, embora reivindiquem crédito; mas, este, tem ido aos que menos necessitam. O Prefeito de Petrolina-PE, em declaração ao jornal do Brasil (4/2/80), explica o fato dizendo que "os trabalhadores sem terra só teriam direito a crédito se estivéssemos num sistema socialista".

Há consenso entre as populações ribeirinhas de que as cheias ocorridas na região, a partir de junho de 78, têm características bem diferentes daquelas que conheceram anteriormente.

Segundo testemunho dos trabalhadores, mudou a periodicidade das cheias: as grandes cheias davam-se aproximadamente de 30 em 30 anos. O rio nunca subira mais de uma vez durante o ano. Assim, em certas áreas, os agricultores plantavam na vazante até mesmo lavouras de ciclo relativamente longo, como a mandioca (que jamais é colhida com menos de 6 meses de plantada). Atualmente, o rio sobe e desce várias vezes ao longo do ano, chegando mesmo a provocar mais de uma enchente anual.

Também a duração das cheias alterou-se. Enquanto, no período anterior a Sobradinho, mesmo uma grande enchente dificilmente duraria mais de uma semana, as últimas cheias duraram de



CÂMARA DOS DEPUTADOS



30 a 90 dias.

Notam ainda os ribeirinhos que a força da água e o nível que atinge na cheia são muito maiores nas enchentes atuais. As águas não apresentam mais a coloração tão barrenta do passado, sendo muito mais claras.

Antigamente, quando descia o nível das águas, o trabalhador encontrava a área antes inundada coberta por uma fértil camada de lama, onde plantava suas lavouras. Hoje, além das cheias destruírem árvores frutíferas e construções, o que não acontecia no passado, deixam no seu rastro, ao invés do húmus, uma camada de areia que torna inviável qualquer tipo de agricultura. A cheia do ano passado chegou mesmo, no Estado da Bahia, a soterrar uma ilha em Xique-Xique, a Ilha dos Cavalos, e outras duas no vizinho município de Ibotirama, que permanecem imprestáveis para a agricultura.

Essas alterações, que a população atribui à construção das barragens, Sobradinho em particular, provocaram a completa subversão do calendário agrícola e a crescente inviabilidade da agricultura de vazante no rio São Francisco. Perdem, assim, os trabalhadores, sua principal fonte de sobrevivência.

Os que tentam plantar, sem poder fazer qualquer previsão sobre a chegada das águas, entregam, na hora do desespero, os produtos de suas lavouras ao primeiro atravessador que aparece, a preços insignificantes. Os trabalhadores vão, assim, desistindo de plantar para perder e acabam deslocando-se para as cidades, aumentando ainda mais o êxodo rural na região.

E é com razões bem fundadas que as populações, vitimadas pelas repetidas enchentes de 1978 a 1980, atribuem ao Sistema de Barragens toda essa situação de calamidade. As alterações verificadas, - periodicidade, duração, intensidade da fúria das águas, conseqüências novas e atípicas, etc -, respaldam a convicção das populações vitimadas, especialmente as ribeirinhas, quanto ao nexó de causalidade entre o Sistema de Barragens e as enchentes que se sucedem.

Também são frequentes as suspeitas, não menos bem fundadas, de que a CEMIG e a CHESF, durante as fases críticas geradas pelo próprio Sistema de Barragens, ainda agravam a situação na medida em que administram as enchentes segundo critérios



CÂMARA DOS DEPUTADOS



de prioridades onde não são levados na consideração devida os interesses das parcelas menos favorecidas da população da região, especialmente da população rural. Os critérios para acumulação e vazão das águas estariam a obedecer a uma hierarquia de interesses bastante discutíveis e até comprometedores. Assim, se por um lado, a população vitimada repetidamente, ano a ano, vai consolidando suas convicções e supeitas contra o Sistema de Barragens do Rio São Francisco, por outro lado, os pronunciamentos oficiais, se bem analisados e cotejados, confirmam aquelas convicções e suspeitas.

VEJAMOS:

No fim do primeiro semestre de 1978, a região do Médio São Francisco sofreu violenta cheia, em consequência da abertura das comportas da Barragem de Três Marias, no Estado de Minas Gerais, visando ao enchimento da Barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia. Cheia artificial e extemporânea, fora da estação chuvosa da região, e, portanto, não esperada, mas que acarretou desabrigo e fome aos habitantes das margens do São Francisco, que perderam suas habitações e plantações.

Em Princípios de 1979, a tragédia se repetiu, dessa vez ao longo de todo o rio. Ante as acusações de que a responsabilidade da cheia cabia à CHESF, pela construção da barragem de Sobradinho, o Engenheiro EUNAPIO PELTIER DE QUEIROZ, Diretor de Obras da CHESF, prestou declarações à imprensa, afirmando o seguinte:

"Sobradinho foi idealizado, projetado e construído com o objetivo principal de regularizar a descarga mínima plurianual do Rio São Francisco, para o fim de geração de eletricidade. Essa descarga deve assegurar a alimentação plena das turbinas de todo o sistema CHESF nos períodos de estiação e foi determinada em função dos longos períodos críticos cíclicos de águas baixas. Cheias excepcionais que ocorrem de 30 em 30 anos, como as que ocorreram em 1919, 1949 e a atual, esta bem maior que as ante



CÂMARA DOS DEPUTADOS



riores, quase nenhuma influência têm no estabelecimento dessa descarga mínima garantida.

Sobradinho jamais teve como atributo a função de contenção de cheias, pois os conceitos de projeto e de operação para as duas finalidades são conflitantes. Para geração de eletricidade o reservatório deve ser mantido tão cheio quanto possível, para assegurar o volume e queda às turbinas; para contenção de cheias deve ser mantido vazio para absorvê-las quando ocorrerem". (Jornal "A TARDE" - Salvador, Bahia - Edição de 02/04/79, pag. 2).

No dia 25 de julho de 1979, o Jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", na sua página 13, publicou notícia sob o título "RECURSOS CONTRA AS ENCHENTES", com o seguinte teor:

"O Vale do São Francisco receberá investimentos da ordem de 23 bilhões de cruzeiros no período de 1980 a 1985, para obras de prevenção e controle das enchentes, anunciou ontem o Ministro do Interior, Mário Andreazza, ao presidir a instalação da Comissão Interministerial de Estudos para Preservação e Controles das Enchentes do Rio São Francisco. Além dos problemas das inundações, essa comissão será responsável pela elaboração de um programa de dinamização das atividades produtivas da região, através do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e emprego extensivo da irrigação. O Ministro Andreazza ressaltou que o Rio São Francisco não pode mais ficar sujeito as inundações que ocorrem periodicamente, trazendo sérios prejuízos para a região. Disse "que as enchentes deste ano assumiram dimensões de calamidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS



pública e só no Nordeste a população desabrigada foi de 180 mil pessoas. E para cobrir os prejuízos - concluiu - o Governo 'Federal despendeu 1 bilhão e meio de cruzeiros nos cinco Estados atingidos: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe".

Segundo o Ministro Mário Andreazza, a curto prazo será estudada a definição de normas para a operação das barragens de Três Marias e Sobradinho e o estabelecimento de um centro de previsão de cheias. As experiências de médio prazo envolvem a construção de barragens e diques de proteção das cidades e dos campos passíveis de inundação. Para isso serão realizados projetos 'de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, inclusive com o emprego intensivo da irrigação, a produção de energia elêtrica e melhor aproveitamento da navegação. Os trabalhos da Comissão Interministerial serão coordenados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, que terá o prazo de 180 dias para apresentar relatório ao Ministério do Interior e demais ministérios envolvidos. Esse relatório deverá conter os estudos básicos das áreas do Vale do São Francisco sujeitas a inundações e o plano básico para o controle das enchentes. Nesses estudos deverão constar também as áreas a serem desapropriadas, as operações de barragens e outras obras, além de apresentar uma escala de prioridades.

Todos esses projetos programados "são indispensáveis para que seja devolvida a tranquilidade e a confiança no futuro por parte das populações do Vale do São Franco



CÂMARA DOS DEPUTADOS



cisco", segundo disse o Diretor do DNOS, José Rinaldo Tavares."

O conflito entre os dois pronunciamentos foi evidente. Enquanto o Diretor da CHESF afirmava que "Sobradinho jamais teve como atributo a função de contenção de cheias, pois os conceitos de projeto e de operação para as duas finalidades são conflitantes", o Ministro do Interior prometia, a curto prazo, estudar "a definição de normas para operação das barragens de Três Marias e Sobradinho e o estabelecimento de um centro de previsão de cheias", prometendo ainda que o DNOS teria "o prazo de 180 dias para apresentar relatório ao Ministério do Interior e demais ministérios envolvidos".

Não se sabe se o relatório foi apresentado, dentro ou fora do prazo assinalado. O que se sabe é que a barragem de Sobradinho continuou a ser operada "com o objetivo principal de regularizar a descarga mínima plurianual do Rio São Francisco, para o fim de geração de eletricidade" e que no princípio do corrente ano uma enchente excepcional assolou o Vale do Rio São Francisco, a terceira em menos de dois anos, renovando-se todo o sofrimento das populações ribeirinhas do grande rio. Mais uma oportunidade para o Ministro Mário Andreazza voltar aos jornais com novas promessas. Desta vez, no JORNAL DO BRASIL, edição de 12/2/80, página 8 do 2º caderno, foram publicadas as seguintes declarações ministeriais:

"Chegou a oportunidade de realizar um Plano Diretor para o São Francisco, com obras definitivas, particularmente nos afluentes, como barragens e bacias de acumulação".

"Ninguém pode garantir que não tenhamos outra enchente."

"As medidas a curto prazo, como o auxílio aos desabrigados e a construção de diques, disse o Ministro "não resolvem o problema do São Francisco". Para a solução do problema ele pretende realizar um Plano Diretor, com obras definitivas em particular nos afluentes. As barragens serviriam não



CÂMARA DOS DEPUTADOS



apenas para o controle das enchentes, como também para a irrigação e regação de energia elétrica.

Salientou que são obras hidráulicas demoradas e complexas, e que, "segundo os técnicos, para realizar os projetos de engenharia que assegurariam o controle definitivo do São Francisco, seriam necessários uns dois anos. As obras para a solução definitiva só poderiam começar depois de dois anos e levariam cerca de três anos para terminar. Antes de 1985 o problema do São Francisco não será resolvido", afirmou. São para os projetos de engenharia dos diques de Pirapora e Joazeiro já foram destinados ' 150 milhões."

"Os prejuízos das cheias deste ano só podem ser contabilizados depois da passagem das águas. Nesta fase o Ministério fornece alimentos, lonas, barracas e vacinas para a população, enviadas em aviões da FAB. As estradas estão interrompidas e outra obra que se pretende realizar, ainda este ano, é "elevar a altura de todas as estradas da região, para que, mesmo ocorrendo enchentes, não haja interrupções", afirmou."

A CHESF reconheceu que as cheias excepcionais do Rio São Francisco ocorriam de 30 em 30 anos. Depois do enchimento da barragem de Sobradinho, as cheias passaram a ser anuais. Embora a CHESF alegue enfaticamente que o sistema de barragens não é causador de enchentes excepcionais, o Ministro do Interior taxativamente estabeleceu essa relação de causalidade, ao afirmar em 1979 a necessidade, a curto prazo, de ser "estudada a definição de normas para a operação das barragens de Três Marias e Sobradinho", e ao afirmar, em 1980, ter chegado "a oportunidade de realizar um Plano Diretor para o São Francisco".

Disso resulta a constatação de que foram construídas



CÂMARA DOS DEPUTADOS



as barragens de Três Marias e Sobradinho e está sendo construída a de Itaparica sem qualquer previsão para o controle das suas o perações, sem planejamento para evitar enchentes mortais e des truidoras da economia da região do curso do rio.

Tal omissão é mais que um erro, é um crime. E suas consequências se hão de projetar para um futuro que não sabemos próximo ou remoto, muito embora o próprio Ministro do Interior nos assegure tranquilamente essa projeção até o ano de 1985. Até que chegue a solução, restará aos que foram, estão sendo e vão ser atingidos pela omissão governamental apenas o paliativo de uma assistência paternalista que não assume sequer a responsabi lidade pela indenização dos danos materiais, já que as vidas hu manas perdidas não podem ser objeto de valoração pecuniária.

Por outro lado, não pode ser deixado à margem o as pecto da responsabilidade do Governo na aplicação dos dinheiros públicos. Se o Governo Federal despendeu um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros com a enchente do Rio São Francisco em 1979, segundo declarou o Ministro do Interior; se tal dispêndio não chegou a atingir o ressarcimento dos danos materiais sofridos pe los flagelados; se a projeção ministerial é de que as cheias vão se repetir até o ano de 1985, restará ao Governo Federal seguir uma das duas opções, em face do problema: abandonar à sua própria sorte as pessoas vítimas das cheias do Rio São Francisco ou despende substanciais quantias do Tesouro Público para assistí-las, integralmente, quando o fenômeno ocorrer. Não podemos admi tir a primeira opção, verdadeiro genocídio. Prepare-se o povo brasileiro para custear a segunda, embora sabendo que paga a fal ta de previsão do Governo.

As ações e as omissões governamentais, de tantas e tão graves repercussões sociais e econômicas, não podem deixar de ser levadas ao conhecimento da opinião pública nacional e de vem ser investigadas pelo Congresso Brasileiro, dentro da sua competência constitucional, para fixação de responsabilidades.

Em assim sendo, a Confederação Nacional dos Trabalha dores na Agricultura - CONTAG, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da re gião do Vale do Rio São Francisco, a Comissão Pastoral da Terra



CÂMARA DOS DEPUTADOS



das Regionais Nordeste II e III e a Diocese de Juazeiro da Bahia e a Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, solicitam a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a prioridade e a urgência que a gravidade do assunto está a exigir. Carpina(PE), 15 de fevereiro de 1980.

Assinado: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA Presidente da CONTAG, ESTEVAN NUNES DE ALMEIDA-Presidente da FETAG-BA, JOSÉ RODRIGUES DA SILVA Presidente da FETAG-PE, CECILIANO GONÇALVES DE MATOS-Presidente da FETAG-MG, MANOEL JÚLIO DE SANTANA, Presidente da FETAG-SE, JOSÉ BENEDITO DA SILVA-Presidente da FETAG-AL, POMPEA M. BERNASCONI-CPT-Regional NE II - CNBB, THEREZINHA DANTAS MENEZES-CPT-Regional NE III - CNBB, ADAILSON R.-CPT-Diocese de Juazeiro e SEBASTIANA GOMES DA SILVA-FUNDIFRAN."

Há muito vínhamos coligindo elementos sobre o tema. Tanto assim que requeremos, ainda em 1979, a convocação do Exmo. Sr. Ministro do Interior para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados sobre as medidas adotadas por sua pasta na assistência às vítimas da calamidade.

Impressionava a publicidade feita pelo Ministério no tocante à assistência que dizia estar prestando aos flagelados. Mais ainda, impressiona o absoluto desconhecimento das populações quanto a estas providências e, inclusive, os sucessivos desmentidos também públicos de órgãos oficiais, como prefeituras da região - unânimes em proclamar que não haviam recebido quaisquer recursos destinados ao atendimento das mínimas necessidades das milhares de famílias desamparadas. Ainda hoje, o jornal "CORREIO DA BAHIA" noticia que a Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA, foi invadida por vítimas das enchentes, face ao anúncio de que haviam chegado recursos para socorrê-las e que não estavam sendo distribuídos. Imediatamente o prefeito Arnaldo Vieira desmentiu que houvesse recebido, até agora, qualquer auxílio com esta des-



CÂMARA DOS DEPUTADOS



tinação.

Igualmente, os jornais tem divulgado declarações de outros prefeitos, no mesmo sentido.

A situação em todo o Vale do São Francisco é de fome, miséria, desabrigo e desespero! Para melhor ilustrar o dantesco quadro, nem a pesca - atividade tradicional para a subsistência da população - esta sendo permitida, especialmente no território mineiro banhado pelo São Francisco.

A partir de 1978, as enchentes do São Francisco tem sido constantes, independentemente das chuvas, arrasando cidades, matando gente, dizimando rebanhos, destruindo lavouras, derrubando casas seculares contruídas às margens do Rio, agravando mais e mais o êxodo na região.

Hoje, é crença generalizada de que estas enchentes decorrem da construção das barragens sobre o Rio sem estudos seguros das conseqüências que elas poderiam ocasionar. Essa argumentação não pode ser desprezada, uma vez que a historia do São Francisco jamais registrou catástrofes tamanhas antes da construção de tais barragens.

Sabe-se também que a região vem sendo esvaziada de seus antigos habitantes - pessoas pobres, pequenos lavradores e criadores, em geral analfabetos, ou de pouca instrução, por isso indefesas e impossibilitadas de defender eficazmente os seus direitos - em razão da atuação de órgãos públicos como CHESF, DNOCS, CODEVASF e outros, cujos programas são elaborados e executados sem qualquer preocupação de ordem social.

Exemplos há à sociedade - em Livramento de Nossa Senhora, na Bahia, pretendendo ampliar uma área irrigada de 2.000



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ha. para 5.500 ha., o DNOCS expulsou mediante ameaças e indenizações irrisórias os seus ocupantes, para, agora, paralisar os serviços, comprometendo a economia da região.

Em Anagê, ainda na Bahia, o DNOCS há 33 anos projetou a construção de uma barragem sobre o Rio Gavião, iniciando os serviços, desde então abandonados, obrigando que até hoje a população se utilize da água poluída, o que tem determinado elevados índices de "esquistosomose e ameba", afetando seriamente a saúde de mais de 40 mil pessoas.

A CODEVASF tem agido da mesma forma, consoante denúncias divulgadas quase diariamente pela imprensa do Nordeste, especialmente.

Ora, diante de tão graves fatos, apesar das constantes e reiteradas denúncias e apelos feitos nesta Casa, nenhuma providência concreta, que fosse dirigida às milhares de famílias atingidas, comprometendo o prestígio e a credibilidade da Câmara dos Deputados, não há para nós deputados outro caminho que não a investigação ora proposta e exigida pelas comunidades locais.

Brasília, 18 de março de 1980.

Auto. pag. 1; a finalidade
do Sr. Presidente da Câmara
dos Deputados. Em 25.6.80



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Assinatura]
COMISSÃO PARLAMENTAR
[Assinatura]

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108, de 1980

(Do Sr. Elquisson Soares)

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências das cheias do rio São Francisco.

(Imprima-se.)

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º É criada Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências das grandes enchentes do rio São Francisco ocorridas a partir de 1978.

Parágrafo único. A Comissão Parlamentar de Inquérito a que se refere este artigo examinará, especialmente, a atuação, nas regiões ribeirinhas, dos órgãos competentes dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior.

Art. 2.º A Comissão de Inquérito criada por esta resolução compor-se-á de 13 (treze) membros efetivos e igual número de suplentes e com o prazo de 120 (cento e vinte) sessões.

Art. 3.º A Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 14, item IX, do Regimento Interno, fixará a importância destinada a ocorrer às despesas com o funcionamento da Comissão.

Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Datado de 10 do corrente, recebemos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — ofício de n.º AE/0486/80 no seguinte teor:

“Senhor Deputado,

Estamos encaminhando a V. Ex.ª cópia de documento elaborado por esta Confederação, em conjunto com as Fe-



derações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e com outras entidades que atuam no vale do rio São Francisco, a propósito das últimas enchentes que vêm castigando as populações daquela região.

Há consenso entre as populações ribeirinhas do São Francisco de que as últimas cheias tiveram características bem distintas daquelas que periodicamente ocorriam no grande rio. Parece tratar-se de mais uma desastrosa consequência da implantação de uma política de aproveitamento do potencial energético do São Francisco em que os interesses das populações atingidas não foram consultados. Pela gravidade dos fatos, pela grande massa de pessoas atingidas, pelas consequências que provoca em toda uma economia, em termos de emprego, migração e abastecimento urbano, considera o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais ser necessária a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, capaz de apurar responsabilidades e oferecer subsídios a uma política que concilie as necessidades energéticas com o bem-estar do seu povo.

Exige o interesse popular que o Congresso Nacional questione em profundidade a atuação do Estado no vale do São Francisco. Este é um momento para que os representantes do povo mostrem que a defesa dos interesses dos trabalhadores não é apenas retórica eleitoral e para que os partidos políticos mostrem que seus programas existem para ser cumpridos.

Sendo o que se nos ferece para o momento, valemo-nos do ensejo para reiterar a V. Ex.^a nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas saudações. — **José Francisco da Silva**, Presidente — **Francisco Urbano Araújo Filho**, Secretário-Geral."

O documento a que se refere a CONTAG é o seguinte:

"Aos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, das Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios do Vale do Rio São Francisco, da Comissão Pastoral da Terra das Regionais Nordeste II e III e da Diocese de Juazeiro da Bahia e da Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, reunidos na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco, nos dias 13 e 14 de fevereiro corrente, manifestam aos Senhores Senadores e Deputados Federais do Brasil e à opinião pública nacional a gravidade do problema que aflige as populações ribeirinhas do rio São Francisco, vítimas de constantes inundações causadoras de fome, desabrigo e desagregação.

Os municípios do vale do São Francisco estão assistindo, neste início de 1980, a uma repetição dos mesmos fatos

Lote: 10
Caixa: 8
PRC Nº 108/1980
45



denunciados pelo Movimento Sindical ao Ministro do Interior no início do ano passado.

Com o aumento da descarga d'água de Três Marias, que a CEMIG justifica pela chuva nas cabeceiras do São Francisco, milhares de pessoas, em Minas Gerais, tiveram que abandonar suas casas e lavouras em busca de abrigo nas cidades da área. Só no município de São Francisco, são mais de 3.000 os desabrigados. Levantamento feito pela FETAEMG nas localidades de Ilha do Lajedo, Fazenda Caatinga, Riacho e Fazenda do Sr. Altair identificou mais de 100 famílias que perderam tudo o que possuíam e buscaram abrigo nos altos mais próximos, evitando a cidade, tentando salvar alguma coisa de suas lavouras. Na Bahia, segundo informações da imprensa, (*J. Bahia*, 6-2-80), os desabrigados já são mais de 40 mil. Até no baixo São Francisco, com o aumento da vazão de Sobradinho, as águas já começam a provocar prejuízos e o desabrigo de pessoas.

Muitas dessas famílias estão sendo obrigadas a enfrentar uma nova cheia, sem terem recuperado ainda o que perderam na enchente do início de 79. Em Minas Gerais, algumas delas estão sendo surpreendidas nas mesmas barracas em que foram abrigadas no ano passado. Em Sergipe, as casas prometidas pelo governo, através do BNH para os desabrigados de 79, até hoje não foram construídas. Apesar das solicitações feitas pelo Movimento Sindical, os trabalhadores não foram indenizados pelas perdas que tiveram na cheia passada.

Faltam alimentos e abrigos. Em algumas áreas de Minas Gerais há surto de tifo. A população, revoltada, tanto em Minas quanto no médio São Francisco, recusa-se a ser vacinada dizendo que precisa é de comida.

A distribuição de alimentos, sementes, etc. aos desabrigados caracteriza-se pela burocracia extrema. Por exemplo, em Minas Gerais, para um desabrigado receber a sua barraca, os seus dois quilos de feijão, três de arroz, um pacote de macarrão, um pouco de sal e uma lata de óleo, ele tem que ser cadastrado em duas vias e receber uma ficha de identificação, com nome, número, n.º de dependentes, etc. E ainda tem que esperar 10 dias para receber a sua ração. Ainda naquele Estado, em São Francisco, temos um outro exemplo de zelo burocrático exercido contra os trabalhadores: a CODEC (Coordenadoria da Defesa Civil) enviou para aquele município alimentos para duas mil pessoas. Como, na hora da distribuição, eram quase 4 mil os desabrigados, o coordenador local dividiu o que seria para dois entre quase 4 mil, alegando que não poderia explicar aos seus superiores o crescimento da população desabrigada.

O mais sério é que, a exemplo do que ocorria em anos passados com a seca, está se criando na região uma verdadeira "indústria da cheia". Prefeitos e outros políticos, encarregados de repassar os recursos destinados aos desa-



brigados, não deixam que aqueles recursos cheguem aos seus destinatários, preferindo distribuí-los entre grandes proprietários e apaniguados políticos seus ou aplicando-os em melhoria nas cidades onde têm interesses eleitorais. Os trabalhadores têm recebido apenas alguns mantimentos, embora reivindicuem crédito; mas, este, tem ido aos que menos necessitam. O Prefeito de Petrolina — PE, em declaração ao **Jornal do Brasil** (4-2-80), explica o fato dizendo que “os trabalhadores sem terra só teriam direito a crédito se estivessemos num sistema socialista”.

Há consenso entre as populações ribeirinhas de que as cheias ocorridas na região, a partir de junho de 78, têm características bem diferentes daquelas que conheceram anteriormente.

Segundo testemunho dos trabalhadores, mudou a periodicidade das cheias: as grandes cheias davam-se aproximadamente de 30 em 30 anos. O rio nunca subia mais de uma vez durante o ano. Assim, em certas áreas, os agricultores plantavam na vazante até mesmo lavouras de ciclo relativamente longo, como a mandioca (que jamais é colhida com menos de 6 meses de plantada). Atualmente, o rio sobe e desce várias vezes ao longo do ano, chegando mesmo a provocar mais de uma enchente anual.

Também a duração das cheias alterou-se. Enquanto, no período anterior a Sobradinho, mesmo uma grande enchente dificilmente duraria mais de uma semana, as últimas cheias duraram de 30 a 90 dias.

Notam ainda os ribeirinhos que a força da água e o nível que atinge na cheia são muito maiores nas enchentes atuais. As águas não apresentam mais a coloração tão barrenta do passado, sendo muito mais claras.

Antigamente, quando descia o nível das águas, o trabalhador encontrava a área antes inundada coberta por uma fértil camada de lama, onde plantava suas lavouras. Hoje, além das cheias destruírem árvores frutíferas e construções, o que não acontecia no passado, deixam no seu rastro, ao invés do húmus, uma camada de areia que torna inviável qualquer tipo de agricultura. A cheia do ano passado chegou mesmo, no Estado da Bahia, a soterrar uma ilha em Xiquexique, a Ilha dos Cavalos, e outras duas no vizinho município de Ibotirama, que permanecem imprestáveis para a agricultura.

Essas alterações, que a população atribui à construção das barragens. Sobradinho em particular, provocaram a completa subversão do calendário agrícola e a crescente inviabilidade da agricultura de vazante no rio São Francisco. Perdem, assim, os trabalhadores, sua principal fonte de sobrevivência.

Os que tentam plantar, sem poder fazer qualquer previsão sobre a chegada das águas, entregam, na hora do desespero, os produtos de suas lavouras ao primeiro atravessador que aparece, a preços insignificantes. Os traba-

Lote: 10
Caixa: 8
PRC Nº 108/1980
46



lhadores vão, assim, desistindo de plantar para perder, acabam deslocando-se para as cidades, aumentando ainda mais o êxodo rural na região.

E é com razões bem fundadas que as populações, vitimadas pelas repetidas enchentes de 1978 a 1980, atribuem ao Sistema de Barragens toda essa situação de calamidade. As alterações verificadas, — periodicidade, duração, intensidade da fúria das águas, conseqüências novas e atípicas, etc. —, respaldam a convicção das populações vitimadas, especialmente as ribeirinhas, quanto ao nexos de causalidade entre o Sistema de Barragens e as enchentes que se sucedem.

Também são freqüentes as suspeitas, não menos bem fundadas, de que a CEMIG e a CHESF, durante as fases críticas geradas pelo próprio Sistema de Barragens, ainda agravam a situação na medida em que administram as enchentes segundo critérios de prioridades onde não são levados na consideração devida os interesses das parcelas menos favorecidas da população da região, especialmente da população rural. Os critérios para acumulação e vazão das águas estariam a obedecer a uma hierarquia de interesses bastante discutíveis e até comprometedores. Assim, se por um lado, a população vitimada repetidamente, ano a ano, vai consolidando suas convicções e suspeitas contra o Sistema de Barragens do rio São Francisco, por outro lado, os pronunciamentos oficiais, se bem analisados e cotejados, confirmam aquelas convicções e suspeitas.

Vejamos:

No fim do primeiro semestre de 1978, a região do médio São Francisco sofreu violenta cheia, em conseqüência da abertura das comportas da Barragem de Três Marias, no Estado de Minas Gerais, visando ao enchimento da Barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia. Cheia artificial e extemporânea fora da estação chuvosa da região, e, portanto, não esperada, mas que acarretou desabrigo e fome aos habitantes das margens do São Francisco, que perderam suas habitações e plantações.

Em princípios de 1979, a tragédia se repetiu, dessa vez ao longo de todo o rio. Ante as acusações de que a responsabilidade da cheia cabia à CHESF, pela construção da barragem de Sobradinho, o Engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, Diretor de Obras da CHESF, prestou declarações à imprensa, afirmando o seguinte:

“Sobradinho foi idealizado, projetado e construído com o objetivo principal de regularizar a descarga mínima plurianual do rio São Francisco, para o fim de geração de eletricidade. Essa descarga deve assegurar a alimentação plena das turbinas de todo o sistema CHESF nos períodos de estiagem e foi determinada em função dos longos períodos críticos cíclicos de águas baixas.



Cheias excepcionais que ocorrem de 30 em 30 anos, como as que ocorreram em 1919, 1949 e a atual, esta bem maior que as anteriores, quase nenhuma influência têm no estabelecimento dessa descarga mínima garantida.

Sobradinho jamais teve como atributo a função de contenção de cheias, pois os conceitos de projeto e de operação para as duas finalidades são conflitantes. Para geração de eletricidade o reservatório deve ser mantido tão cheio quanto possível, para assegurar o volume e queda às turbinas; para contenção de cheias deve ser mantido vazio para absorvê-las quando ocorrerem." (Jornal **A Tarde** — Salvador, Bahia — Edição de 2-4-79, pág. 2.)

No dia 25 de julho de 1979, o jornal **O Estado de S. Paulo**, na sua página 13, publicou notícia sob o título "Recursos Contra as Enchentes", com o seguinte teor:

"O vale do São Francisco receberá investimentos da ordem de 23 bilhões de cruzeiros no período de 1980 a 1985, para obras de prevenção e controle das enchentes, anunciou ontem o Ministro do Interior, Mário Andreazza, ao presidir a instalação da Comissão Interministerial de Estudos para Preservação e Controles das Enchentes do Rio São Francisco. Além dos problemas das inundações, essa comissão será responsável pela elaboração de um programa de dinamização das atividades produtivas da região, através do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e emprego intensivo da irrigação. O Ministro Andreazza ressaltou que o rio São Francisco não pode mais ficar sujeito às inundações que ocorrem periodicamente, trazendo sérios prejuízos para a região. Disse "que as enchentes deste ano assumiram dimensões de calamidade pública e só no Nordeste a população desabrigada foi de 180 mil pessoas. E para cobrir os prejuízos — conciuu — o Governo Federal despendeu 1 bilhão e meio de cruzeiros nos cinco Estados atingidos: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe".

Segundo o Ministro Mário Andreazza, a curto prazo será estudada a definição de normas para a operação das barragens de Três Marias e Sobradinho e o estabelecimento de um centro de previsão de cheias. As experiências de médio prazo envolvem a construção de barragens e diques de proteção das cidades e dos campos passíveis de inundação. Para isso serão realizados projetos de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, inclusive com o emprego intensivo da irrigação, a produção de energia elétrica e melhor aproveitamento da navegação.

Os trabalhos da Comissão Interministerial serão coordenados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, que terá o prazo de 180 dias

Caixa: 8

PRC Nº 108/1980

47

Lote: 10



para apresentar relatório ao Ministério do Interior e demais ministérios envolvidos. Esse relatório deverá conter os estudos básicos das áreas do vale do São Francisco sujeitas a inundações e o plano básico para o controle das enchentes. Nesses estudos deverão constar também as áreas a serem desapropriadas, as operações de barragens e outras obras, além de apresentar uma escala de prioridades.

Todos esses projetos programados "são indispensáveis para que seja devolvida a tranqüilidade e a confiança no futuro por parte das populações do vale do São Francisco", segundo disse o Diretor do DNOS, José Rinaldo Tavares."

O conflito entre os dois pronunciamentos foi evidente. Enquanto o Diretor da CHESF afirmava que "Sobradinho jamais teve como atributo a função de contenção de cheias, pois os conceitos de projeto e de operação para as duas finalidades são conflitantes", o Ministro do Interior prometia, a curto prazo, estudar "a definição de normas para operação das barragens de Três Marias e Sobradinho e o estabelecimento de um centro de previsão de cheias", prometendo ainda que o DNOS teria "o prazo de 180 dias para apresentar relatório ao Ministério do Interior e demais ministérios envolvidos".

Não se sabe se o relatório foi apresentado, dentro ou fora do prazo assinalado. O que se sabe é que a barragem de Sobradinho continuou a ser operada "com o objetivo principal de regularizar a descarga mínima plurianual do rio São Francisco, para o fim de geração de eletricidade" e que no princípio do corrente ano uma enchente excepcional assolou o vale do rio São Francisco, a terceira em menos de dois anos, renovando-se todo o sofrimento das populações ribeirinhas do grande rio. Mais uma oportunidade para o Ministro Mário Andreazza voltar aos jornais com novas promessas. Desta vez, no **Jornal do Brasil**, edição de 12-2-80, página 8 do 2.º caderno, foram publicadas as seguintes declarações ministeriais:

"Chegou a oportunidade de realizar um Plano Diretor para o São Francisco, com obras definitivas, particularmente nos afluentes, como barragens e bacias de acumulação".

"Ninguém pode garantir que não tenhamos outra enchente."

"As medidas a curto prazo, como o auxílio aos desabrigados e a construção de diques, disse o Ministro "não resolvem o problema do São Francisco". Para a solução do problema ele pretende realizar um Plano Diretor, com obras definitivas em particular nos afluentes. As barragens serviriam não apenas para o controle das enchentes, como também para a irrigação e regação de energia elétrica.

Salientou que são obras hidráulicas demoradas e complexas, e que, "segundo os técnicos, para realizar os



projetos de engenharia que assegurariam o controle definitivo do São Francisco, seriam necessários uns dois anos. As obras para a solução definitiva só poderiam começar depois de dois anos e levariam cerca de três anos para terminar. Antes de 1985 o problema do São Francisco não será resolvido", afirmou. Só para os projetos de engenharia dos diques de Pirapora e Juazeiro já foram destinados 150 milhões."

"Os prejuízos das cheias deste ano só podem ser contabilizados depois da passagem das águas. Nesta fase o Ministério fornece alimentos, lonas, barracas e vacinas para a população, enviadas em aviões da FAB. As estradas estão interrompidas e outra obra que se pretende realizar, ainda este ano, é "elevar a altura de todas as estradas da região, para que, mesmo ocorrendo enchentes, não haja interrupções", afirmou."

A CHESF reconheceu que as cheias excepcionais do rio São Francisco ocorriam de 30 em 30 anos. Depois do enchimento da barragem de Sobradinho, as cheias passaram a ser anuais. Embora a CHESF alegue enfaticamente que o sistema de barragens não é causador de enchentes excepcionais, o Ministro do Interior taxativamente estabeleceu essa relação de causalidade, ao afirmar em 1979 a necessidade, a curto prazo de ser "estudada a definição de normas para a operação das barragens de Três Marias e Sobradinho", e ao afirmar, em 1980, ter chegado "a oportunidade de realizar um Plano Diretor para o São Francisco".

Disso resulta a constatação de que foram construídas as barragens de Três Marias e Sobradinho e está sendo construída a de Itaparica sem qualquer previsão para o controle das suas operações, sem planejamento para evitar enchentes mortais e destruidoras da economia da região do curso do rio.

Tal omissão é mais que um erro, é um crime. E suas consequências se não de projetar para um futuro que não sabemos próximo ou remoto, muito embora o próprio Ministro do Interior nos assegure tranqüilamente essa projeção até o ano de 1985. Até que chegue a solução, restará aos que foram, estão sendo e vão ser atingidos pela omissão governamental apenas o paliativo de uma assistência paternalista que não assume sequer a responsabilidade pela indenização dos danos materiais, já que as vidas humanas perdidas não podem ser objeto de valoração pecuniária.

Por outro lado, não pode ser deixado à margem o aspecto da responsabilidade do Governo na aplicação dos dinheiros públicos. Se o Governo Federal despendeu um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros com a enchente do Rio São Francisco em 1979, segundo declarou o Ministro do Interior; se tal dispêndio não chegou a atingir o ressarcimento dos danos materiais sofridos pelos flagelados; se a projeção ministerial é de que as cheias vão se repetir até

Caixa: 8

Lote: 10
PRC Nº 108/1980

48



o ano de 1985, restará ao Governo Federal seguir uma das duas opções, em face do problema: abandonar à sua própria sorte as pessoas vítimas das cheias do rio São Francisco ou despendar substanciais quantias do Tesouro Público para assisti-las, integralmente, quando o fenômeno ocorrer. Não podemos admitir a primeira opção, verdadeiro genocídio. Prepare-se o povo brasileiro para custear a segunda, embora sabendo que paga a falta de previsão do Governo.

As ações e as omissões governamentais, de tantas e tão graves repercussões sociais e econômicas, não podem deixar de ser levadas ao conhecimento da opinião pública nacional e devem ser investigadas pelo Congresso Brasileiro, dentro da sua competência constitucional, para fixação de responsabilidades.

Em assim sendo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região do vale do Rio São Francisco, a Comissão Pastoral da Terra das Regionais Nordeste II e III e a Diocese de Juazeiro da Bahia e a Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, solicitam a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, com a prioridade e a urgência que a gravidade do assunto está a exigir. Carpina (PE), 15 de fevereiro de 1980. — Assinado: José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG; Estevan Nunes de Almeida, Presidente da FETAG — BA; José Rodrigues da Silva, Presidente da FETAG — PE; Ceciliano Gonçalves de Matos, Presidente da FETAG — MG; Manoel Júlio de Santana, Presidente da FETAG — SE; José Benedito da Silva, Presidente da FETAG — AL; Pompea M. Bernasconi, CPT — Regional NE II — CNBB; Theizezinha Dantas Menezes — CPT — Regional NE III — CNBB; Adailson R. — CPT — Diocese de Juazeiro; e Sebastiana Gomes da Silva — FUNDIFRAN."

Há muito vinhamos coligindo elementos sobre o tema. Tanto assim que requeremos, ainda em 1979, a convocação do Ex.^{mo} Sr. Ministro do Interior para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados sobre as medidas adotadas por sua pasta na assistência às vítimas da calamidade.

Impressionava a publicidade feita pelo Ministério no tocante à assistência que dizia estar prestando aos flagelados. Mais ainda, impressiona o absoluto desconhecimento das populações quanto a esta providência e inclusive, os sucessivos desmentidos também públicos de órgãos oficiais, como prefeituras da região — unânimes em proclamar que não haviam recebido quaisquer recursos destinados ao atendimento das mínimas necessidades das milhares de famílias desamparadas. Ainda hoje, o jornal "Correio da Bahia" noticia que a Prefeitura Municipal de Juazeiro — BA, foi invadida por vítimas das enchentes, face ao anúncio de que haviam chegado recursos para socorrê-las e que não estavam sendo distribuídos. Imediatamente o prefeito Arnaldo Vieira desmen-



que houvesse recebido, até agora, qualquer auxílio com esta destinação.

Igualmente, os jornais têm divulgado declarações de outros prefeitos, no mesmo sentido.

A situação em todo o Vale do São Francisco é de fome, miséria, desabrigo e desespero! Para melhor ilustrar o dantesco quadro, nem a pesca — atividade tradicional para a subsistência da população — está sendo permitida, especialmente no território mineiro banhado pelo São Francisco.

A partir de 1978, as enchentes do São Francisco têm sido constantes, independentemente das chuvas, arrasando cidades, matando gente, dizimando rebanhos, destruindo lavouras, derrubando casas seculares construídas às margens do rio, agravando mais e mais o êxodo na região.

Hoje, é crença generalizada de que estas enchentes decorrem da construção das barragens sobre o Rio sem estudos seguros das conseqüências que elas poderiam ocasionar. Essa argumentação não pode ser desprezada, uma vez que a história do São Francisco jamais registrou catástrofes tamanhas antes da construção de tais barragens.

Sabe-se também que a região vem sendo esvaziada de seus antigos habitantes — pessoas pobres, pequenos lavradores e criadores, em geral analfabetos, ou de pouca instrução, por isso indefesas e impossibilitadas de defender eficazmente os seus direitos — em razão da atuação de órgãos públicos como CHESF, DNOCS, CODEVASF e outros, cujos programas são elaborados e executados sem qualquer preocupação de ordem social

Exemplos há à saciedade — em Livramento de Nossa Senhora, na Bahia, pretendendo ampliar uma área irrigada de 2.000 ha. para 5.500 ha., o DNOCS expulsou mediante ameaças e indenizações irrisórias os seus ocupantes, para, agora, paralisar os serviços, comprometendo a economia da região.

Em Anagé, ainda na Bahia, o DNOCS há 33 anos projetou a construção de uma barragem sobre o Rio Gavião, iniciando os serviços, desde então abandonados, obrigando que até hoje a população se utilize da água poluída, o que tem determinado elevados índices de "esquistossomose e ameba", afetando seriamente a saúde de mais de 40 mil pessoas.

A CODEVASF tem agido da mesma forma, consoante denúncias divulgadas quase diariamente pela imprensa do Nordeste, especialmente.

Ora, diante de tão graves fatos, apesar das constantes e reiteradas denúncias e apelos feitos nesta Casa, nenhuma providência concreta, que fosse dirigida às milhares de famílias atingidas, comprometendo o prestígio e a credibilidade da Câmara dos Deputados, não há para nós deputados outro caminho que não a investigação ora proposta e exigida pelas comunidades locais.

Brasília, 18 de março de 1980. — Elquisson Soares — Aluizio Bezerra — Artenir Werner — Osvaldo Melo — Jerônimo Santana — Ubaldino Meirelles — Epitácio Cafeteira — Iram Saraiva — Ruy Codo — Geraldo Bulhões — Cardoso de Almeida — Osvaldo Lima

Caixa: 8

PRC Nº 108/1980

49

Lote: 10



— Renato Azeredo — Nilson Gibson — Honorato Viana — Antônio Mazurek — Siqueira Campos — Haroldo Sanford — Paulo Ferraz Modesto da Silveira — Octacílio Queiroz — Arnaldo Schmitt — Airton Sandoval — Pimenta da Veiga — Waldmir Belinati — Florim Coutinho — Milton Brandão — Marcelo Cerqueira — Daso Coimbra — Milton Figueiredo — Osvaldo Macedo — Jorge Arbage — Antônio Florêncio — Délio dos Santos — Júnia Marise — Francisco Rollemberg — Valter Pereira — Adhemar Santillo — Marcelo Linhares — Djalma Marinho — Nivaldo Krüger — Odulfo Domingues — Jorge Uequet — João Carlos de Carli — Joaquim Guerra — Paulo Rattes — Cristina Tavares — Sebastião Rodrigues Jr. — Belmiro Teixeira — Darcy Pozza — Fued Dib — Horácio Ortiz — Israel Dias Novaes — Carlos Wilson — Carneiro Arnaud — Mário Moreira — Lúcia Viveiros — Jader Barbalho — Thales Ramalho — Herbert Levy — Jorge Vargas — Bento Gonçalves — Figueiredo Correia — Rosa Flores — João Cunha — Juarez Furtado — Djalma Bessa — Hugo Mardini — Alcebiades de Oliveira — Albérico Cordeiro — Olivir Gabardo — Joel Lima — Audálio Dantas — Wilson Falcão — Rômulo Galvão — Fernando Magalhães — Oswaldo Coelho — Geraldo Guedes — Vicente Guabiroba — Pedro Corrêa — José Mendonça Bezerra — José Penedo — Pacheco Chaves — Joel Ferreira — Paulo Guerra — Júlio Martins — Antônio Pontes — Joacil Pereira — Angelino Rosa — Leur Lomanto — Brabo de Carvalho — Hélio Campos — Lázaro Carvalho — Antônio Mariz — João Gilberto — Aurélio Peres — Paulo Borges — Sérgio Ferrara — Simão Sessim — José Amorim — Navarro Vieira Filho — Celso Carvalho — Iranildo Pereira — Jairo Magalhães — Dário Tavares — Erasmo Dias — Ruy Silva — Henrique Turner — Carlos Augusto — Ludgero Raulino — Heitor Alencar Furtado — Newton Cardoso — Darcílio Ayres — Iturival Nascimento — Alcir Pimenta — Alberto Goldman — Mário Hato — Antônio Ferreira — João Faustino — Delson Scarano — Humberto Souto — Henrique Brito — Antônio Russo — Baldacci Filho — Ricardo Flúza — Jairo Brum — Peixoto Filho — Alceu Collares — Leorne Belém — Inocêncio Oliveira — Josias Leite — Tidei de Lima — Aldo Fagundes — Fernando Lyra — Francisco Pinto — Francisco Benjamin — Waldir Walter — Borges da Silveira — Pedro Lucena — Furtado Leite — Alvaro Valle — Mauricio Fruet — Wildy Vianna — Samir Achôa — Edison Khair — Gilson de Barros — Miro Teixeira — Henrique Eduardo Alves — Jorge Ferraz — Silvio / breu Jr. — Freitas Diniz — Luiz Baccarini — Lúcio Cioni — Alberto Hoffmann — Alvaro Dias — Roque Aras — Castejon Branco — Eloy Lenzi — Paulo Marques — Benedito Marcílio — Walber Guimarães — José Freire — Paes de Andrade — Anísio de Souza — Genésio de Barros — Leopoldo Besone — Magalhães Pinto — Carlos Cotta — Carlos Sant'Anna — Francisco Castro — Nabor Júnior — Ruy Bacelar — Afro Stefanini — Ubaldo Dantas — Mendes de Melo — João Câmara — Octacílio Almeida — Leônidas Sampaio — Jorge Cury — Harry Sauer — Jayro Maltoni — Paulo Torres — José de Castro Coimbra — Márcio Macedo — Vasco Neto — Daniel Silva — Carlos Nelson — Cardoso Alves — Maluly Neto — Alípio Carvalho — Mac Dowell Leite de Castro — Francisco Rossi — Saramago Pinheiro — Ernesto de Marco — Antônio Carlos de Oliveira — Adroaldo Campos — Adolpho Franco — Luiz Cechinel — Marcus Cunha — Airton Soares — Joaquim Coutinho — Pedro Faria — Túlio Barcelos — Walter Silva — Amadeu Geara — José Maurício —



Júlio Campos — Evandro Ayres de Moura — Jackson Barreto —
Mávio Chaves — Fernando Cunha — Edgard Amorim — Roberto
Freire — Ronan Tito — Juarez Batista — José Costa — Vilela de
Magalhães — João Linhares — Bias Fortes — Christovam Chiara-
dia — Benjamim Farah — Valter Garcia — Ney Ferreira — Hélio
Garcia — Péricles Gonçalves — Louremberg Nunes Rocha — Ralph
Biasi — Caio Pompeu — Mendonça Neto — Hildérico Oliveira —
Carlos Santos — Mendes de Melo — Joel Vivas — Tertuliano Aze-
vedo — Athié Coury — Jorge Moura — Getúlio Dias — João Her-
culino — Carlos Alberto — Carlos Bezerra — Walmor de Luca —
Raimundo Urbano — Carlos Chiarelli — Antônio Morimoto — Max
Mauro — Gerson Camata — Marcondes Gadelha — Antônio Morais
— JG de Araújo Jorge — Rubem Dourado — José Frejat — Luiz
Batista — Wilson Braga — João Menezes — Luiz Rocha — Sérgio
Murilo — Emídio Perondi — Adhemar de Barros Filho — Del Bos-
co Amaral — Airon Rios — Jorge Viana — Pedro Ivo — Lidovino
Fanton — Stoessel Dourado — Júlio Costamilan — Cardoso Frega-
pani — Santilli Sobrinho — Felipe Penna — Tarcísio Delgado —
Genival Tourinho — Claudino Sales — Pinheiro Machado — Ari
Kffuri — Bonifácio de Andrada — Hugo Napoleão — Lygia Lessa
Bastos.

Caixa: 8

Lote: 10
PRC Nº 108/1980
50



RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1980

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências das cheias do rio São Francisco.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º É criada Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências das grandes enchentes do rio São Francisco ocorridas a partir de 1978.

Parágrafo único. A Comissão Parlamentar de Inquérito a que se refere este artigo examinará, especialmente, a atuação, nas regiões ribeirinhas, dos órgãos competentes dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior.

Art. 2º A Comissão de Inquérito criada por esta resolução compor-se-á de 13 (treze) membros efetivos e igual número de suplentes e com o prazo de 120 (cento e vinte) sessões.

Art. 3º A Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 14, item IX, do Regimento Interno, fixará a importância destinada a ocorrer às despesas com o funcionamento da Comissão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, em 25 de junho de 1980


FLAVIO MARCILIO

Presidente da Câmara dos Deputados